Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

23/01/2013

comunicação
& informação

I N D I C E

1. JORNAL A TARDE
   1.1. COMARCAS..... 1
   1.2. DECISÕES..... 2 - 3
2. JORNAL AQUI
   2.1. EXECUÇÕES PENAIS..... 4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. EXECUÇÕES PENAIS..... 5
   3.2. SEM ASSUNTO..... 6 - 7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. AÇÕES TJMA..... 8
   4.2. COMARCAS..... 9 - 10
   4.3. DECISÕES..... 11 - 12
   4.4. EXECUÇÕES PENAIS..... 13
   4.5. JUIZADOS ESPECIAIS..... 14
5. JORNAL O DEBATE
   5.1. DECISÕES..... 15
   5.2. SEM ASSUNTO..... 16
6. JORNAL O IMPARCIAL
   6.1. DESEMBARGADORES..... 17
7. JORNAL O QUARTO PODER
   7.1. DECISÕES..... 18
8. JORNAL PEQUENO
   8.1. AÇÕES TJMA..... 19
   8.2. CNJ..... 20
   8.3. COMARCAS..... 21
   8.4. DECISÕES..... 22
   8.5. DESEMBARGADORES..... 23
   8.6. SEM ASSUNTO..... 24 - 25

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedor apresentará relatórios das últimas correições de 2012 na primeira Sessão Administrativa do Pleno

O corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Carvalho Cunha, levará, para a primeira sessão administrativa do Judiciário maranhense em 2013, 22 relatórios de Correições Gerais Ordinárias para aprovação e posterior publicação. Os relatórios referem-se às últimas correições da CGJ-MA realizadas em Varas e comarcas do Maranhão em 2012.

Ao todo, em 2012, foram realizadas 72 Correições Gerais Ordinárias, cumprindo com o que dispõe a Portaria nº 1028/2012 da CGJ-MA. As Varas e comarcas foram sorteadas no início de 2012, e os trabalhos foram coordenados pelos juízes auxiliares da CGJ-MA, Isabella de Amorim Parga Martins Lago e Nelson Ferreira Martins Filho, com o auxilio de assessores jurídicos da Corregedoria.

Os relatórios que serão levados ao plenário, dia 6 de fevereiro, são das correições realizadas em Varas da comarca de São Luís, Zé Doca, Santa Luzia, Caxias, nos Juizados Especiais de Balsas, Codó e Santa Inês e nas Comarcas de Buriticupu, Tuntum e São Domingos do Maranhão.

Passaram por Correição Geral Ordinária da CGJ-MA em 2012 as Comarcas de Timbiras, Loreto, Riachão, Cedral, Governador Nunes Freire, Bequimão, Arame, Alcântara, Olho D'Água das Cunhãs, Itinga do Maranhão, São Bernardo, Igarapé Grande, Poção de Pedras, Esperantinópolis, Vargem Grande e Brejo, além de Varas e Juizados Especiais de comarcas como São Luís, Imperatriz, Chapadinha, Açailândia, Pedreiras, Caxias, Bacabal, Porto Franco e Timon.

Em 2013, as Correições Gerais Ordinárias terão continuidade na CGJ-MA. Uma nova Portaria assinada pelo corregedor Cleones Cunha definirá as comarcas e Varas que serão correicionadas neste ano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ex-prefeito que não prestou contas vai responder ação na Justiça

Para Nelma Sarney, cabe ao ex-prefeito demonstrar a legalidade do destino das verbas

Pág. 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ex-prefeito que não prestou contas vai responder ação na Justiça

Para Nelma Sarney, cabe ao ex-prefeito demonstrar a legalidade do destino das verbas

O ex-prefeito de São Vicente Ferrer, Vicente Arouche Santos, deverá responder ação de reparação de danos ao tesouro pela não utilização e não prestação de contas de R$ 50 mil recebidos em sua gestão. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, que acatou recurso do município e reconduziu o ex-prefeito como réu da ação.

Vicente Arouche foi acionado pelo Ministério Público Estadual, que pedia sua condenação para devolver ao erário municipal – com juros e correção monetária – o valor recebido por meio de convênio com a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), destinado a construção de dois sistemas simplificados de abastecimento de água nos povoados de Sapucaia e Enseada.

Segundo o MP, o prefeito não executou o objeto do convênio e não prestou contas dos recursos, impossibilitando o município de celebrar novos convênios em benefício da comunidade.

O juízo da comarca de São Vicente Ferrer reconheceu a ilegitimidade daquele município para ajuizar a ação contra o ex-prefeito.

Os desembargadores reformaram a sentença, entendendo que há interesse do município, uma vez que os recursos recebidos a título de convênio são incorporados ao patrimônio do ente municipal, que pode pleitear o ressarcimento em face de ex-gestores.

"Cabe ao ex-prefeito responder o feito para demonstrar a legalidade do destino das verbas e se desincumbir de ressarcir o erário", manifestou-a relatora do recurso, desembargadora Nelma Sarney.

O voto da relatora foi seguido pelos desembargadores Marcelo Carvalho (revisor) e Vicente de Paula Gomes. O processo foi remetido de volta à comarca de São Vicente de Ferrer, para o regular prosseguimento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

▶ SISTEMA PENITENCIÁRIO

Sejap renova parceria para qualificação de detentos

A Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e a Defensoria Pública Estadual (DPE) renovaram o Termo de Cooperação Técnica que objetiva garantir qualificação profissional a detentos do sistema prisional do Maranhão. Além da parceria entre os dois órgãos, a iniciativa conta ainda com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-MA).

A solenidade de assinatura do Termo, que contou com a presença do secretário Sérgio Tamer; do defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; da corregedora do DPE, Fabíola Barros, e de técnicos da Sejap, tem como finalidade oferecer, gratuitamente pelo Senai, cursos profissionalizantes em turmas regulares a internos que se encontram em liberdade condicional e em regime aberto.

Caberá aos órgãos envolvidos, por meio das equipes multidisciplinares, realizar entrevistas individuais e atividades grupais de cunho motivacional, aferir a aptidão e perfil profissional dos apenados e encaminhá-los para a participação nos cursos oferecidos. Àqueles que se encontram no regime fechado e semiaberto serão oferecidos cursos em turmas especiais dentro das unidades prisionais.

Para o defensor Aldy Mello, a oportunidade de profissionalização oferecida pelo Senai, através desta parceria, abre um novo horizonte para a reintegração social dos internos e egressos do sistema carcerário. De acordo com ele, essa ação vem dando certo e tem reflexos positivos não somente para os internos, mas para toda a sociedade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

RESSOCIALIZAÇÃO

Renovada parceria para qualificação de detentos

A Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e a Defensoria Pública Estadual (DPE) renovaram, na tarde de segunda-feira (21), o Termo de Cooperação Técnica que objetiva garantir qualificação profissional a detentos do sistema prisional do Maranhão. Além da parceria entre os dois órgãos, a iniciativa conta ainda com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-MA).

A solenidade de assinatura do Termo, que contou com a presença do secretário Sergio Tamer; do defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; da corregedora do DPE, Fabíola Barros, e de técnicos da Sejap, tem como finalidade oferecer, gratuitamente pelo Senai, cursos profissionalizantes em turmas regulares a internos que se encontram em liberdade condicional e em regime aberto.

Caberá aos órgãos envolvidos, por meio das equipes multidisciplinares, realizar entrevistas individuais e atividades grupais de cunho motivacional, aferir a aptidãoe perfil profissional dos apenados e encaminhá-los para a participação nos cursos oferecidos. Àqueles que se encontram no regime fechado e semiaberto serão oferecidos cursos em turmas especiais dentro das unidades prisionais.

"A proposta fundamental é proporcionar aos internos uma qualificação profissional para que, de forma significativa, continuemos a ter uma redução na reincidência na prática de infrações penais no estado", destacou Tamer.

Para o defensor Aldy Mello, a oportunidade de profissionalização oferecida pelo Senai, através desta parceria, abre um novo horizonte para a reintegração social dos internos e egressos do sistema carcerário. De acordo com ele, essa ação vem dando certo e tem reflexos positivos não somente para os internos, mas para toda a sociedade.

"Os maiores beneficiados não são os internos, mas toda a população.A profissionalização de detentos é o ponto principal de um trabalho de ressocialização eficaz, isso está acontecendo por meio dessa parceria", afirmou.

Secretário Sergio Tamer e defensor Aldy Mello Filho na reunião

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CIDADE

MPMA INICIA INVESTIGAÇÃO SOBRE VLT EM SÃO LUÍS

O procedimento preparatório é a primeira etapa da investigação que pode levar à proposição de ações pelo Ministério Público..
PAG. 06

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CIDADE

MPMA INICIA INVESTIGAÇÃO SOBRE VLT EM SÃO LUÍS

O procedimento preparatório é a primeira etapa da investigação que pode levar à proposição de ações pelo Ministério Público..
PAG. 06

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Pleno do TJMA realiza hoje primeira sessão após recesso forense

Dez processos serão apreciados pela Corte; Judiciário cresceu em produtividade, diz CNJ

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza hoje a primeira sessão plenária do ano após recesso de magistrados, que desde o dia 7 deste mês desenvolvem suas atividades forenses normalmente, inclusive promovendo correições em comarcas tendo em vista celeridade na prestação jurisdicional.

Na sessão jurisdicional de hoje, 10 processos serão apreciados pela Corte, que ao longo do ano de 2012 concluiu 23 sessões administrativas e 27 sessões jurisdicionais, julgando 230 dos 316 processos recebidos - índice positivo em torno de 72,7%. Dados do CNJ apontam que o Judiciário do Maranhão cresceu em produtividade e na qualidade de serviços.

Naquele ano, foi registrado um aumento de 37,51% no número de processos julgados pela Justiça de 2º Grau. Houve crescimento também na demanda processual, com acréscimo de 4.589 novas ações (33,18%).

Em 2012, chegaram ao TJMA 18.216 casos, dos quais foram julgados 14.970, ou seja, 3.587 a mais que em 2011. Os dados foram obtidos com base nos números da demanda processual e dos julgamentos realizados pelo Pleno e câmaras cíveis e criminais.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, a boa performance é resultado do empenho dos desembargadores maranhenses, numa demonstração de que estão comprometidos com a prestação jurisdicional. "Os membros da Corte mostraram compromisso com a Justiça", ressalta.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O CORREGEDOR-GERAL da Justiça, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, vai levar hoje, para a primeira sessão administrativa de 2013 do Judiciário maranhense, 22 relatórios de Correições Gerais Ordinárias para aprovação e posterior publicação. Os relatórios referem-se às últimas correições da CGJ-MA realizadas em Varas e comarcas do Maranhão no ano que passou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Comarca presta conta de serviço à comunidade

PASSAGEM FRANCA - Uma audiência pública que teve início às 8h30 da manhã de segunda-feira (21), no Salão de Júri do Fórum Desembargador Carlos César de Berredo Marins, na Comarca de Passagem Franca, colocou a comunidade a par da prestação de contas da comarca. O encontro também serviu para análise do desempenho da Justiça.

Entre os convidados para a audiência, os prefeitos de Passagem Franca e Lagoa do Mato (termo), vereadores, delegado, advogados e a comunidade em geral.

À frente do evento, o titular da comarca, juiz David Mourão Guimarães de Morais Meneses, aproveitou a reunião para entregar certificado de dispensa de três anos para os 55 jurados que participaram das 12 sessões do Tribunal do Júri realizadas em 2012.

Continuam abertas, na Comarca de Passagem Franca, até o dia 31, as inscrições para o processo de seleção de projetos a serem custeados com recursos do Poder Judiciário (prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal).

Segundo o edital, podem se inscrever entidades públicas ou privadas com comprovada finalidade social e sem fins lucrativos, constituídas há pelo menos um ano e dirigidas por pessoas com reputação ilibada.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Encrenca

O ex-prefeito de São Vicente Ferrer Vicente Arouche responderá a ação de reparação de danos ao tesouro e não prestação de contas de R$ 50 mil recebidos em sua gestão.

A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que acatou recurso do Município e reconduziu o ex-gestor à condição de réu na ação.

Arouche foi acionado pelo Ministério Público, que cobra a devolução dos recursos recebidos da Fundação Nacional da Saúde.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça determina quebra de sigilo bancário de João Castelo

Medida da juíza Luzia Nepomucena, da 1ª Vara da Fazenda Pública, atinge também os sócios da empreiteira Pavetec

Carla Lima
Da editoria de Política

O ex-prefeito de São Luís João Castelo (PSDB) e os sócios da empresa Pavetec, Gustavo José Melo Fonseca e Daniel França dos Santos, tiveram os sigilos bancários e fiscal quebrados por determinação da juíza da 1ª Vara de Fazenda Pública, Luzia Nepomucena, em resposta a ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Estadual (MP) que investiga irregularidades na dispensa de licitação de obra de R$ 115 milhões da Prefeitura de São Luís.

Em setembro de 2011, os promotores Leonardo Sousa Pires e Marcos Valentim Pinheiro Paixão entraram com ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o então prefeito João Castelo, o secretário municipal de Obras Cláudio Castelo e os sócios proprietários da construtora Pavetec, Gustavo Fonseca e Daniel dos Santos.

O MP alegou que o Município contratou a construtora com dispensa de licitação efetuando o pagamento de R$ 115 milhões pelos serviços. Além disso, os promotores acusam o ex-prefeito de ter fraudado um parecer do Ministério Público que justificava a dispensa de licitação.

Os R$ 115 milhões foram pagos em dois contratos: um de R$ 29 milhões e outro de R$ 85 milhões.

Em sua decisão, a magistrada determinou ainda a indisponibilidade dos bens da Pavetec Construções LTDA, dos seus sócios, Gustavo José Melo Fonseca e Daniel França dos Santos, além do secretário Cláudio Castelo de Carvalho e também do prefeito João Castelo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sejap e Defensoria renovam parceria

Termo de Cooperação garantirá qualificação de detentos do sistema prisional do Maranhão

A Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e a Defensoria Pública Estadual (DPE) renovaram, na tarde de segunda-feira (21), o Termo de Cooperação Técnica que objetiva garantir qualificação profissional a detentos do sistema prisional do Maranhão. Além da parceria entre os dois órgãos, a iniciativa conta ainda com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/MA).

A assinatura do documento, que contou com a presença do secretário Sérgio Tamer; do defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho; da corregedora do DPE, Fabíola Barros, e de técnicos da Sejap, tem como finalidade oferecer, gratuitamente pelo Senai, cursos profissionalizantes em turmas regulares a internos que se encontram em liberdade condicional e em regime aberto.

Caberá aos órgãos envolvidos, por meio das equipes multidisciplinares, realizar entrevistas individuais e atividades grupais de cunho motivacional, aferir a aptidão e perfil profissional dos apenados e encaminhá-los para a participação nos cursos oferecidos. Àqueles que se encontram no regime fechado e semiaberto serão oferecidos cursos em turmas especiais dentro das unidades prisionais.

"A proposta fundamental é proporcionar aos internos uma qualificação profissional para que, de forma significativa, continuemos a ter uma redução na reincidência na prática de infrações penais no estado", destacou Tamer.

Para o defensor Aldy Mello, a oportunidade de profissionalização oferecida pelo Senai, por meio desta parceria, abre um novo horizonte para a reintegração social dos internos e egressos do sistema carcerário. De acordo com ele, essa ação vem dando certo e tem reflexos positivos não somente para os internos, mas para toda a sociedade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O presidente reeleito da OAB/ Maranhão, Mário Macieira, que teve 3.008 votos, assume seu segundo mandando com o propósito de dar continuidade ao trabalho anterior e focado na realização de projetos e ações que tragam ainda mais valorização profissional à classe advocatícia do nosso Estado. Na gestão anterior de Macieira e sua Diretoria foram feitas campanhas de defesa das Prerrogativas Profissionais dos advogados, audiências públicas para discutir a situação dos Juizados Especiais no Estado.

Foram promovidos cursos com o propósito de aumentar a qualificação profissional dos advogados; várias Salas dos Advogados foram instaladas em fóruns de São Luís e do interior, a tabela de honorários advocatícios foi atualizada e a Anuidade da OAB/MA tem o mesmo valor já há três anos. Por conta da política de interiorização das ações, foi construída a sede nova da OAB de Imperatriz, reformada a sede da OAB de Açailândia, e várias Subseções da OAB/MA receberam antenas pelas quais são retransmitidos cursos telepresenciais da Associação de Advogados de São Paulo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MPMA

Ex-prefeito que não prestou contas vai responder ação na Justiça

O ex-prefeito de São Vicente Ferrer, Vicente Arouche Santos, deverá responder ação de reparação de danos ao tesouro pela não utilização e não prestação de contas de R$ 50 mil recebidos em sua gestão. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, que acatou recurso do município e reconduziu o ex-prefeito como réu da ação.

Vicente Arouche foi acionado pelo Ministério Público Estadual, que pedia sua condenação para devolver ao erário municipal - com juros e correção monetária - o valor recebido por meio de convênio com a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), destinado a construção de dois sistemas simplificados de abastecimento de água nos povoados de Sapucaia e Enseada.

MOTIVOS - Segundo o MP, o prefeito não executou o objeto do convênio e não prestou contas dos recursos, impossibilitando o município de celebrar novos convênios em benefício da comunidade.

O juízo da comarca de São Vicente Ferrer reconheceu a ilegitimidade daquele município para ajuizar a ação contra o ex-prefeito.

Os desembargadores reformaram a sentença, entendendo que há interesse do município, uma vez que os recursos recebidos a título de convênio são incorporados ao patrimônio do ente municipal, que pode pleitear o ressarcimento em face de ex-gestores.

"Cabe ao ex-prefeito responder o feito para demonstrar a legalidade do destino das verbas e se desincumbir de ressarcir o erário", manifestou-a relatora do recurso, desembargadora Nelma Sarney.

O voto da relatora foi seguido pelos desembargadores Marcelo Carvalho (revisor) e Vicente de Paula Gomes. O processo foi remetido de volta à comarca de São Vicente de Ferrer, para o regular prosseguimento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MPMA

Força tarefa inicia investigação sobre VLT em São Luís

A comissão designada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, para apurar casos de improbidade administrativa em São Luís deu início na segunda-feira, 21, a um Procedimento Preparatório a respeito da implantação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) pela Prefeitura de São Luís em 2012. O procedimento preparatório é a primeira etapa da investigação que pode levar à proposição de ações pelo Ministério Público.

A comissão recebeu documentos do Ministério Público Federal, noticiando uma possível falta de transparência no processo de implantação. Nesta segunda-feira foram solicitados do Município o procedimento licitatório e os contratos relativos à instalação do VLT. O prazo para a prestação das informações é de 15 dias úteis.

Os promotores também aguardam os documentos relativos ao não pagamento dos salários aos servidores municipais, solicitados em 10 de janeiro. O prazo dado pelos promotores de justiça também foi de 15 dias úteis. Após o recebimento, os documentos serão analisados pela comissão, em conjunto com a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça.

CELERIDADE - Os promotores Justino da Silva Guimarães e Valdenir Cavalcante Lima, integrantes da comissão, enviaram nesta segunda-feira, 21, 50 requerimentos às Varas da Fazenda Pública de São Luís, pedindo celeridade no julgamento das ações civis públicas motivadas por atos de improbidade administrativa. Os requerimentos referem-se a processos que estão há pelo menos seis meses sem movimentação.

Os promotores estão trabalhando no levantamento e farão requerimentos semelhantes no que se refere a ações penais por improbidade administrativa. Os requerimentos baseiam-se em meta definida pelo Conselho Nacional de Justiça, que estabeleceu o dia 31 de dezembro de 2013 como prazo máximo para o julgamento das ações judiciais acumuladas que se referem à improbidade administrativa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUSTIÇA ELEITORAL

Sérgio Muniz pede vista no processo de Guimarães

CLODOALDO CORRÊA

Logo na primeira sessão de 2013 da Corte eleitoral maranhense, foi julgado o caso do município de Guimarães, onde Mary Guerreiro (PSL), que foi candidata à prefeita da cidade, contesta o resultado final da eleição em que acabou sendo derrotada. Apesar do início do julgamento, a Corte acabou não chegando ontem a uma decisão final se a eleita Nilce Farias (PMDB) fica ou não no cargo. Membro da Corte, Sérgio Muniz pediu vista do processo, sendo que ele seria o último a votar. O placar está 3 a 2 pela manutenção do resultado, ou seja, Nilce prefeita.

O relator do processo, juiz federal Nelson Loureiro votou pelo provimento do recurso, mantendo Nilce Farias como prefeita. Ele mesmo já tinha se manifestado favorável quando determinou que ela fosse diplomada em dezembro do ano passado. Nelson foi acompanhado pelo desembargador José Bernardo e pelo juiz José Jorge. O juíz Belchior de França abriu a divergência apontando que deveria haver nova eleição em Guimarães. A divergência foi acompanhada pelo juiz José Carlos. Último a votar, Sérgio Muniz preferiu pedir vista do processo.

O que ainda pode acontecer: se Muniz votar pela divergência, empata em 3 a 3 a disputa e a presidente do TRE-MA, desembargadora Anildes Cruz, fará o voto de minerva. Caso Muniz acompanhe o relator, o resultado será 4 a 2 e Nilce Farias fica no cargo como prefeita de Guimarães.

O processo Nº 75007.2012.610.0030 que pedia o indeferimento do registro de candidatura de Nilce Farias foi gerado por conta da substituição da candidatura de Artur Farias, irmão da então vereadora que era o candidato até a véspera da eleição. Como Artur tinha contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) houve o receio de enquadramento na Lei Ficha Limpa, e ele foi substituído por Nilce, porém, a foto de Artur ficou na urna eletrônica. A irmã do candidato substituído teve 4.023 votos (50,89%). Mary Guerreiro (PSL), mulher de Guerreiro Júnior, ficou com 3.882 votos (49,11%).

O juiz Eleitoral Paulo de Assis Ribeiro, da 30ª zona eleitoral, indeferiu a candidatura de Nilce alegando perda do prazo para a substituição do registro e na inelegibilidade do candidato e ex-prefeito Artur José Gomes Farias, que renunciou a candidatura às vésperas da eleição indicando a irmã. Ele determinou dia 13 de dezembro que fosse realizada nova eleição em Guimarães. "Fizemos a substituição em tempo hábil. Outros municípios como Timon, Godofredo Viana, Lago do Junco passaram pelo mesmo processo de substituição e somente em Guimarães está este impasse. Tem que ser respeitado o resultado das urnas", afirmou Nilce quando esteve em São Luís em um protesto contra a decisão, dia 17 de dezembro do ano passado.

No protesto em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão, no Centro de São Luís, os manifestantes apoiadores de Nilce alegavam interferência do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, no processo.

O juiz federal Nelson Loureiro, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), cassou a decisão do juiz Paulo de Assis Ribeiro, da Comarca de Guimarães, e mandou diplomar Nilce Farias. Não deu outra.

Nilce Farias foi defendida pelo experiente advogado José Antônio Almeida. Mary foi representada pelo também rodado Daniel Leite.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

São Vicente Ferrer

Ex-prefeito que não prestou contas vai responder ação na Justiça

O ex-prefeito de São Vicente Ferrer, Vicente Arouche Santos, deverá responder ação de reparação de danos ao tesouro pela não utilização e não prestação de contas de R$ 50 mil recebidos em sua gestão. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, que acatou recurso do município e reconduziu o ex-prefeito como réu da ação.

Vicente Arouche foi acionado pelo Ministério Público Estadual, que pedia sua condenação para devolver ao erário municipal – com juros e correção monetária – o valor recebido por meio de convênio com a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), destinado a construção de dois sistemas simplificados de abastecimento de água nos povoados de Sapucaia e Enseada.

Segundo o MP, o prefeito não executou o objeto do convênio e não prestou contas dos recursos, impossibilitando o município de celebrar novos convênios em benefício da comunidade.

O juízo da comarca de São Vicente Ferrer reconheceu a ilegitimidade daquele município para ajuizar a ação contra o ex-prefeito.

Os desembargadores reformaram a sentença, entendendo que há interesse do município, uma vez que os recursos recebidos a título de convênio são incorporados ao patrimônio do ente municipal, que pode pleitear o ressarcimento em face de ex-gestores.

"Cabe ao ex-prefeito responder o feito para demonstrar a legalidade do destino das verbas e se desincumbir de ressarcir o erário", manifestou a relatora do recurso, desembargadora Nelma Sarney.

O voto da relatora foi seguido pelos desembargadores Marcelo Carvalho (revisor) e Vicente de Paula Gomes. O processo foi remetido de volta à comarca de São Vicente de Ferrer, para o regular prosseguimento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ retoma sessões após recesso forense

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) realiza nesta quarta-feira (23) a primeira sessão plenária do ano após recesso de magistrados, que desde o dia 7 deste mês desenvolvem suas atividades forenses normalmente, inclusive promovendo correições em comarcas tendo em vista celeridade na prestação jurisdicional.

Na sessão jurisdicional desta quarta-feira, 10 processos serão apreciados pela Corte, que ao longo do ano de 2012 concluiu 23 sessões administrativas e 27 sessões jurisdicionais, julgando 230 dos 316 processos recebidos – índice positivo em torno de 72,7%. Dados do CNJ apontam que o Judiciário do Maranhão cresceu em produtividade e na qualidade de serviços.

Naquele ano, foi registrado um aumento de 37,51% no número de processos julgados pela Justiça de 2º Grau. Houve crescimento também na demanda processual, com acréscimo de 4.589 novas ações (33,18%).

Em 2012, chegaram ao TJ-MA 18.216 casos, dos quais foram julgados 14.970, ou seja, 3.587 a mais que em 2011. Os dados foram obtidos com base nos números da demanda processual e dos julgamentos realizados pelo Pleno e câmaras cíveis e criminais.

"Os números mostram desempenho significativo na prestação jurisdicional e sinalizam esforço contínuo da magistratura de 2º grau no sentido de melhorar sua produtividade", afirma o presidente do TJ-MA, Guerreiro Júnior.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, a boa performance é resultado do empenho dos desembargadores maranhenses, numa demonstração de que estão comprometidos com a prestação jurisdicional. "Os membros da Corte mostraram compromisso com a Justiça", ressalta.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ Processos

A demanda média na área cível no ano passado foi de 1.179 processos/mês em 2012 e se manteve superior ao quantitativo mensal de processos recebidos em 2011, quando a média atingiu 820 processos/mês.

Em comparação com igual período do ano anterior, a demanda de processos cíveis foi superior em cerca de 30%.

Na área criminal, com média de 312 processos/mês, o número de processos recebidos mensalmente em 2012 também superou o volume de processos recebidos no ano passado, quando a média foi de 285 processos/mês.

■ Destaque

O relatório "Justiça em Números 2012", do CNJ, situou o Judiciário maranhense em posição nacional relevante quanto a dois indicadores judiciários: movimentação processual e produtividade.

O documento aponta que o TJ-MA obteve destaque positivo em três indicadores, considerando 1º e 2º graus.

O total de processos baixados em 2011 foi superior em 3% ao total de casos novos no Tribunal, com aumento da ordem de 79% em 2011 em relação ao ano anterior.

■ Congestionamento

Outra referência positiva foi a baixa da taxa de congestionamento – percentual de processos que não foram solucionados durante o ano. Apresentou redução de 13 pontos percentuais em relação a 2010, situando o TJ-MA em 4º lugar no ranking nacional e 1º na região Nordeste.

Na relação população e recursos humanos, o TJ-MA ficou entre os tribunais que possuem menor quadro de magistrados (4.1) e servidores (72) por 100 mil habitantes.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedor apresenta relatórios das últimas correições de 2012

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, levará, para a primeira sessão administrativa do Judiciário maranhense em 2013, 22 relatórios de Correições Gerais Ordinárias para aprovação e posterior publicação. Os relatórios referem-se às últimas correições da CGJ-MA realizadas em Varas e comarcas do Maranhão em 2012.

Ao todo, em 2012, foram realizadas 72 Correições Gerais Ordinárias, cumprindo com o que dispõe a Portaria nº 1028/2012 da CGJ-MA. As Varas e comarcas foram sorteadas no início de 2012, e os trabalhos foram coordenados pelos juízes auxiliares da CGJ-MA, Isabella de Amorim Parga Martins Lago e Nelson Ferreira Martins Filho, com o auxílio de assessores jurídicos da Corregedoria.

Os relatórios que serão levados ao plenário, dia 6 de fevereiro, são das correições realizadas em Varas da comarca de São Luís, Zé Doca, Santa Luzia, Caxias, nos Juizados Especiais de Balsas, Codó e Santa Inês e nas Comarcas de Buriticupu, Tuntum e São Domingos do Maranhão.

Passaram por Correição Geral Ordinária da CGJ-MA em 2012 as Comarcas de Timbiras, Loreto, Riachão, Cedral, Governador Nunes Freire, Bequimão, Arame, Alcântara, Olho d'Água das Cunhãs, Itinga do Maranhão, São Bernardo, Igarapé Grande, Poção de Pedras, Esperantinópolis, Vargem Grande e Brejo, além de Varas e Juizados Especiais de comarcas como São Luís, Imperatriz, Chapadinha, Açailândia, Pedreiras, Caxias, Bacabal, Porto Franco e Timon.

Em 2013, as Correições Gerais Ordinárias terão continuidade na CGJ-MA. Uma nova Portaria assinada pelo corregedor Cleones Cunha definirá as comarcas e Varas que serão correicionadas neste ano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

COLINAS

Caema deve regularizar fornecimento de água e suspender cobrança

A pedido do Ministério Público, a Justiça concedeu liminar em Ação Civil Pública determinando que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) regularize, no prazo de 40 dias, o fornecimento de água no município de Colinas. A decisão judicial prevê ainda a suspensão do pagamento da tarifa pelos consumidores da cidade, a partir de novembro, até a solução definitiva do problema.

Em caso de descumprimento, a Caema será obrigada a pagar multa no valor de R$ 10 mil por dia até o limite de R$ 500 mil. A medida foi tomada pelo juiz Marcelo Matos e Oka em ação de autoria da promotora de justiça Letícia Teresa Sales Freire, titular da Promotoria de Colinas.

No procedimento, a representante do Ministério Público relata que o problema da falta d'água atinge a cidade há muito tempo e que alguns bairros chegam a passar meses sem o abastecimento. Segundo a promotora, a situação não poupa nem os prédios públicos, como o Fórum, a Promotoria, a Câmara de Vereadores, a Delegacia, hospitais e escolas. "Todos padecem diariamente com a falta do fornecimento de água, serviço essencial à manutenção da vida e da saúde pública".

Na Ação Civil, Letícia Freire informa ainda que desde o mês de maio de 2012 vinha buscando explicações junto à Caema sobre o problema. Em resposta a empresa garantiu que o fornecimento seria melhorado com as providências que estavam sendo adotadas, com a montagem de dois novos conjuntos de motor-bomba e a utilização de dois poços para abastecer os bairros mais atingidos.

No entanto, de acordo com denúncias de moradores junto à Promotoria de Colinas, o problema só se agravou entre os meses de julho a outubro. "Em alguns bairros a falta de água é permanente. Enquanto a Caema e o Município de Colinas não se mobilizam para resolver a questão, a população sofre, à mercê de particulares que transportam água, às vezes sem tratamento algum, até suas casas, e ainda tem que pagar a conta da Caema todos os meses".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Os números mostram desempenho significativo na prestação jurisdicional e sinalizam esforço contínuo da magistratura de 2º grau no sentido de melhorar sua produtividade", afirma o presidente do TJ-MA, Guerreiro Júnior, acerca dos dados do Judiciário no Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Força tarefa inicia investigação sobre VLT na capital maranhense

A comissão designada pela procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, para apurar casos de improbidade administrativa em São Luís deu início na segunda-feira (21), a um Procedimento Preparatório a respeito da implantação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) pela Prefeitura de São Luís em 2012. O procedimento preparatório é a primeira etapa da investigação que pode levar à proposição de ações pelo Ministério Público.

A comissão recebeu documentos do Ministério Público Federal, noticiando uma possível falta de transparência no processo de implantação. Na segunda-feira foram solicitados do Município o procedimento licitatório e os contratos relativos à instalação do VLT. O prazo para a prestação das informações é de 15 dias úteis. Os promotores também aguardam os documentos relativos ao não pagamento dos salários aos servidores municipais, solicitados em 10 de janeiro. O prazo dado pelos promotores de justiça também foi de 15 dias úteis. Após o recebimento, os documentos serão analisados pela comissão, em conjunto com a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça.

VLT vai ser alvo de investigação feita pelo Ministério Público

Celeridade – Os promotores Justino da Silva Guimarães e Valdenir Cavalcante Lima, integrantes da comissão, enviaram na segunda-feira, 50 requerimentos às Varas da Fazenda Pública de São Luís, pedindo celeridade no julgamento das ações civis públicas motivadas por atos de improbidade administrativa. Os requerimentos referem-se a processos que estão há pelo menos seis meses sem movimentação.

Os promotores estão trabalhando no levantamento e farão requerimentos semelhantes no que se refere a ações penais por improbidade administrativa. Os requerimentos baseiam-se em meta definida pelo Conselho Nacional de Justiça, que estabeleceu o dia 31 de dezembro de 2013 como prazo máximo para o julgamento das ações judiciais acumuladas que se referem à improbidade administrativa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PF desarticula quadrilha suspeita de aplicar golpes contra aposentados

A Polícia Federal desarticulou ontem (22) uma quadrilha suspeita de aplicar golpes contra servidores públicos federais aposentados. Até o fechamento desta edição, a operação Bloqueio havia prendido sete pessoas, duas em Brasília, uma em Belo Horizonte, duas em Parauapebas (PA) e duas em São Luís (MA). A maioria das vítimas é do Rio de Janeiro, conta a delegada Fernanda Costa de Oliveira. Além dos sete mandados de prisão temporária, a Justiça também concedeu três mandados de busca e apreensão, todos no DF.

Segundo a assessoria da Polícia Federal no DF, os suspeitos se apresentavam como funcionários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desembargadores, juízes, procuradores e advogados para solicitar depósitos de valores que corresponderiam a custas judiciais ou honorários advocatícios relacionados a processos que beneficiariam as vítimas. Ainda conforme a PF, para realizar a fraude o grupo tinha dados pessoais das vítimas, como RG, CPF, telefone e endereço. "Muitas das vítimas nem tinham causa na Justiça, mas os golpistas apresentavam dados qualitativos que faziam com que elas pensassem que os processos eram verdadeiros", explica a delegada responsável pelo caso.

Os depósitos solicitados variavam de R$ 50 mil a R$ 100 mil. Em um dos casos, conta Fernanda Costa de Oliveira, um servidor aposentado de 91 anos pagou R$ 98 mil à quadrilha.

A Polícia Federal investiga agora como os estelionatários tiveram acesso aos dados das vítimas. Ainda não se sabe se houve apoio de algum servidor público ou se as informações foram roubadas por um hacker, por exemplo. A investigação da Polícia Federal foi iniciada há cerca de um ano e meio por meio de uma requisição do Conselho Nacional de Justiça, que recebeu mais de 100 denúncias envolvendo os golpistas. *(Do G1 DF)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação